

Actas do 13º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde

Organizado por Henrique Pereira, Samuel Monteiro, Graça Esgalhado, Ana Cunha, & Isabel Leal

30 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2020, Covilhã: Faculdade de Ciências da Saúde

CONJUGALIDADE TEM FIM. PARENTALIDADE NÃO!: OFICINA DE PAIS E FILHOS

Joan Rios¹, Danieli Teófilo¹, Gleiciane Van Dam¹, & Heleiny Lettiere¹

¹ Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)(Brasil, 2015) diversas são as iniciativas de implementar a Oficina de Pais e Filhos, inclusive em outros países, cuja proposta é oportunizar reflexões acerca dos conflitos existentes ao longo do processo de Divórcio visto que nesse momento de transição, com o fim da conjugalidade, a família passa para uma relação de parentalidade.

A Oficina de Pais e Filhos, também chamada de Oficina da Parentalidade, é um programa educacional, preventivo e multidisciplinar, direcionado às famílias que enfrentam a fase de reestruturação familiar, motivada pela ruptura do laço conjugal do casal, com o intuito de auxiliar todos os seus integrantes a superarem as eventuais dificuldades inerentes à esta fase, sem maiores traumas, sobretudo para os filhos. Tem como principal intuito mediar os conflitos em prol do bem-estar de todos buscando a harmonia entre os pais, mesmo separados, e um bom relacionamento com os filhos (Brasil, 2015).

Tal iniciativa tem gerado muitos benefícios ao longo do processo de Divórcio e para além da conclusão deste. Os pais que participam das Oficinas, que acabam sendo tocados, vão para as mediações ou audiências judiciais tendo um pouco mais de clareza acerca dos pontos positivos e negativos que suas atitudes podem gerar (Cezar-Ferreira, 2011). Dessa forma, estima-se que as decisões a serem tomadas entre as partes podem correr de forma mais satisfatória, pensando na qualidade de vida de todos, principalmente dos filhos, que acabam geralmente sendo muito prejudicados pelos conflitos causados por este período de transição (Almeida & Monteiro, 2012).

A Oficina de Pais e Filhos passa assim a ter uma grande importância, pois através da mesma pode-se oferecer apoio frente aos conflitos existentes e ao sofrimento advindo destes, buscando proporcionar aos pais, mães e filhos uma reflexão acerca de suas atitudes, visando o bem-estar e a saúde mental de todos que antes formavam uma família e que a partir de então passam a exercer uma relação de parentalidade (Sobolewski & King, 2005).

O objetivo geral da Oficina de Parentalidade é então empoderar os pais para que eles tenham condições de protagonizar a solução de seus próprios conflitos, sem a necessidade de intervenção constante do Poder Judiciário, responsabilizando-se pela sua vida e pela vida de seus filhos, mostrando-lhes o impacto de suas condutas na vida de seus filhos e a possibilidade do exercício de uma parentalidade mais saudável e colaborativa. Para os filhos o objetivo do projeto é auxiliar na pacificação das relações ajudando os filhos a compreenderem a fase difícil que é divórcio e seus efeitos danosos nos conflitos vividos, procurando ajudá-los a ter mais estabilidade emocional nas suas relações parentais (Brasil, 2015). A Oficina de Pais e Filhos proporciona a todos uma escuta qualificada e um espaço acolhedor para as demandas dos pais, adolescentes e crianças, utilizando-se do sigilo profissional e institucional, de modo a sentirem-se confortáveis e livres para compartilhar (Faber & Mazlish, 2003).

O divórcio representa uma quebra de um ciclo na família, muitas vezes antecipando o afastamento de uma das figuras parentais ou fragilizando o relacionamento e diálogo entre o casal parental e o(s) filho(s). Em algumas situações, os filhos, são envolvidos nos conflitos dos pais, sentindo-se numa verdadeira guerra e muitas vezes, encontram-se como sobreviventes em busca do amparo (Hack & Ramires, 2014).

As reflexões sobre o divórcio parental têm sido foco frequente de pesquisas, que de modo geral identificam nesta transição familiar um momento de fragilidade o que pode fazer emergir nos filhos ressentimentos, decepções, culpas e sintomas, aumentando os riscos de alterações difíceis na infância e na adolescência tais como as fugas, delitos, baixo desempenho escolar, delinquência, criminalidade e gravidez precoce em virtude da falta da figura do pai quando da ausência do convívio com o mesmo ou como consequência de processos de alienação parental. É preciso entender que estas dificuldades que se instalam e se incrementam

são associadas à vivência do divórcio parental ou ao menor investimento dos pais nos cuidados parentais (Hack & Ramires, 2014).

A importância da Psicologia no Poder Judiciário é expressiva pois profissionais atuantes nas Varas de Família, por exemplo, são necessários por haver questões pertinentes como os litígios que acabam desencadeando uma grande carga emocional nos envolvidos e gerando consequências à saúde mental destes (Simão, 2009). Diante disso, a Psicologia é colocada a serviço dos fins do direito, podendo contribuir para a sensibilização de todos os litigantes a ainda auxiliar os ex-cônjuges, e principalmente os filhos menores, a enfrentar as incertezas e os problemas decorrentes da separação e do divórcio. Pode, também, incentivar a pesquisa e difundir as suas competências científicas, assim como criar instrumentos específicos capazes de identificar os fatores de dissociação entre o processo jurídico e o processo psicológico de separação e de divórcio. Ao auxiliar a Justiça a se tornar mais ágil e eficaz, assim como evitar a judicialização de fatos possíveis de serem resolvidos na instância da mediação, os psicólogos auxiliam a superação da crise no sentido da reconstrução familiar oportunizando aos mesmos uma relação mais saudável, estável e benéfica entre todos. Como a família é um lugar de transformações, a Psicologia Jurídica deve acompanhar as mudanças e evitar a banalização do processo jurídico. Em síntese, a Psicologia Jurídica pode ajudar a contextualizar os fenômenos jurídicos, a religar conhecimentos e a promover valores humanos como a dignidade e a cidadania contribuindo para o bem-estar social com as mudanças oriundas dos processos de Divórcio, por exemplo (Trindade, 2007).

Buscando um maior alcance dos benefícios que a Oficina de Pais e Filhos pode proporcionar, esta passou a ser realizada na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) em convênio com o Fórum Clóvis Beviláqua, fórum responsável pela comarca de Fortaleza, cujas oficinas já estavam implementadas por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sendo realizadas pelo Centro Judiciário de Soluções de Conflitos (CEJUSC) desde 30 de julho de 2014 (Ceará, n.d.).

O objetivo deste estudo está assim em divulgar a Oficina de Pais e Filhos, projeto em expansão pelo Brasil, e ainda apontar os resultados obtidos com a utilização desta iniciativa junto às famílias participantes deste projeto na Universidade de Fortaleza em prol da manutenção e apoio à saúde mental dos envolvidos nos processos de Divórcio.

MÉTODO

A implementação da Oficina de Pais e Filhos na Universidade de Fortaleza teve início em fevereiro de 2017. Inicialmente foi realizado o planejamento das atividades e o treinamento dado à equipe de estagiários que atuariam nas oficinas. A equipe era composta, em média, por semestre, por 12 estagiários da graduação em Psicologia em estágio na área de Processos Educativos e Sociais. Após treinamento concluído deu-se início a seleção dos processos judiciais relativos a Divórcio que corriam no Escritório de Práticas Jurídicas (EPJ) do núcleo do Direito da UNIFOR. Foi feita pesquisa nos autos dos processos em busca de informações importantes como: requeridos e requerentes, nome e idade dos filhos que as partes tiveram no casamento, formas e meios de contato, a atual situação do processo e se havia data marcada para audiência de conciliação.

Todos os dados foram de suma importância para caracterização dos participantes e no contato telefônico que os estagiários realizavam para o convite das partes em comparecer às oficinas, juntamente com seus filhos. Com as confirmações de presença, eram confeccionados os certificados de participação e as declarações de justificativa para trabalho (pais) e/ou escola (filhos).

As oficinas ocorreram quinzenalmente às segundas-feiras sob a orientação da professora Ms. Joan Rios, coordenadora do projeto na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). A equipe de estagiários fazia a recepção e controle da ficha de frequência e dividia e encaminhava as partes (pais, mães, crianças e adolescentes) para suas respectivas salas, sendo consideradas crianças as de 6 a 10 anos de idade e adolescentes os de 11 a 17 anos. Para um melhor andamento, a Oficina acontecia em quatro salas reservadas, sendo duas para os pais e mães distribuídos de forma mista e as outras duas para crianças e adolescentes.

Em cada sala eram desenvolvidas atividades com a temática *Divórcio*. Para os pais apresentação em power point e discussão; para os filhos, levando-se em consideração a faixa etária, usava-se historinhas, teatro com fantoches, desenhos direcionados e livres, os melhores momentos em família, entre outras atividades, para as crianças e, para os adolescentes, era apresentado material para discussão e reflexão através do power point, dinâmicas, atividades, vídeos entre outras atividades.

Após o término das atividades os pais recebiam os certificados de participação e eram direcionados às salas onde seus filhos se encontravam para que estes fossem entregues aos responsáveis pela guarda do filho. Findo todo o processo, os estagiários se reuniam com a professora orientadora do estágio para o fechamento do dia promovendo uma reflexão acerca das atitudes, sofrimentos e conflitos existentes nos participantes em relação ao divórcio e verificando a necessidade de suporte emocional pontual, psicodiagnóstico ou encaminhamento para atendimento clínico de algum participante da oficina.

RESULTADOS

A Oficina de Pais e Filhos ocorreu entre maio de 2017 e junho de 2018 tendo sido realizadas neste período um total de 17 oficinas nas quais participaram 183 pais e mães, 66 adolescentes e 82 crianças.

Como toda mudança leva a resistências, com a Oficina de Pais e Filhos não foi diferente. Houve momentos muito delicados, pois algumas vezes sentiu-se a resistência de algumas das partes em comparecer devido a questões ligadas ao processo ou mesmo envolver-se nas atividades propostas. Nesse sentido, foi preciso deixar claro que a oficina não tinha o objetivo de fornecer material para ser colocado nos processos judiciais e nem estava a apontar culpados e/ou inocentes, e sim proporcionar um espaço de reflexão e como conduzir, da melhor forma possível, suas atitudes e a relação com o ex-cônjuge e com os filhos durante as situações de conflitos.

Através de reflexões acerca dos conflitos existentes nesse momento de transição, no qual a família passa para uma relação de parentalidade percebeu-se que os benefícios da Oficina de Pais e Filhos estenderam-se para além do núcleo familiar em foco e auxiliaram na redução de situações de alienação parental e desequilíbrios emocionais causados pela ruptura da conjugalidade.

Isto pode ser constatado durante as atividades realizadas quando eram permitidos momentos de debate para que os participantes pudessem expor e dividir suas experiências. Nestes momentos a escuta e a acolhida diante das demandas foram de fundamental importância ao processo pois tanto adultos quanto crianças e adolescentes puderam sentir-se acolhidos em seu luto pela

perda da conjugalidade. As atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes deixou registrado entre desenhos, falas, lágrimas e jogos o quanto esse momento de acolhida e aceitação do luto foi importante a cada participante. O debate entre os adultos, quando os mesmos podiam expor suas questões pessoais e ouvir outras pessoas em situação parecida ou mesmo idêntica, gerou nos presentes um sentimento de pertença, de identificação, fato constatado tanto nas falas durante a participação dos mesmos quanto nas fichas de avaliação preenchidas ao final das oficinas. No material coletado verificou-se a importância de se abrir momentos de reflexão como o oportunizado pelas Oficinas de Pais e Filhos para que os envolvidos pudessem ser sensibilizados sobre si mesmos e as outras pessoas envolvidas neste processo.

DISCUSSÃO

O divórcio representa uma quebra no ciclo familiar e pode levar ao adoecimento psíquico pela não aceitação deste processo, alienação parental, entre outros aspectos possíveis (Cezar-Ferreira, 2011). A Oficina de Pais e Filhos é uma estratégia adotada no Brasil que visa sensibilizar os pais sobre a condução do divórcio e dar apoio a crianças e adolescentes sobre este contexto através de um viés psicoeducativo.

A Oficina não pretende assim apenas levar a pessoa à reflexão, mas também oferecer recursos para que a mesma crie alternativas de ação, e apresentar a necessidade dos pais de elegerem focos de atenção, sobre si mesmos e sobre seus filhos (Faber & Mazlish, 2003). Estes focos contemplam a necessidade de procurar ajuda de especialistas, uma vez que isto não implica em fraqueza, mas no fato de reconhecer que a partir disso poderá haver mudanças significativas na relação com seus filhos e o ex-cônjuge procurando qualificar a relação (Sobolewski & King, 2005). A Oficina também proporciona às crianças e aos adolescentes a oportunidade de expressar seus sentimentos, quando os pais não os devem invalidar ou menosprezá-los, pois respeitar os filhos é parte do processo de reflexão. A proposta é de ter uma relação com qualidade com os filhos e incentivá-los na relação com o outro.

A maneira como a Oficina se desenvolve para os pais, crianças e adolescentes é de forma dinâmica e diversificada. No decorrer do trabalho desenvolvido os participantes conversam sobre suas vidas, seu cotidiano e suas preferências enquanto refletem, emocionam-se, desenham, recortam, colam e criam. Aprendem a fazer juntos uns com os outros, trocam ideias, compartilham vivências. Isto proporciona a possibilidade de aprender na prática como lidar com temas tão atuais e relevantes na sociedade, como divórcio, alienação parental (Barbosa & Castro, 2013), guarda compartilhada, comunicação violenta e não violenta (Rosenberg, 2006), empoderamento e empatia, dentre outros. Fomenta o desenvolvimento social e o espírito crítico de todos os envolvidos, bem como pauta a atuação social cidadã.

É possível concluir que o trabalho da Oficina de Pais e Filhos diante da proporção que hoje o divórcio vem tomando, é de extrema relevância para a saúde psicológica não só dos pais, mas principalmente, dos filhos. Esses são os mais prejudicados no decorrer do processo, pois passam por diversas etapas, muitas vezes, invasivas diante da sua antiga e da nova constituição familiar (Kuehnle & Drozd, 2012). Poder ver esses jovens tomando ciência de que não são os responsáveis pelas atitudes dos pais e também, pelo divórcio dos mesmos, é fundamental para um desenvolvimento saudável dessas crianças e adolescentes. Concebe-se então que os objetivos iniciais estabelecidos pela Oficina de Pais e Filhos foram alcançados, de modo que foi possível estabelecer contato com os participantes e principalmente promover a conscientização de pais e filhos, um grande primeiro passo.

Com uma melhor conscientização dos pais as tomadas de decisão no processo judicial puderam correr de forma mais satisfatória via mediação dos conflitos e em prol do bem-estar de todos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, N., & Monteiro, S. (2012). *Os meus pais já não vivem juntos: Intervenção em grupo com crianças e jovens de pais divorciados*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Barbosa, L., & Castro, B. (2013). *Alienação parental: Um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio*. Brasília: Liber Livros.

- Brasil. (2015). *Pais e filhos: Cartilha da Oficina de Pais e Filhos para os instrutores*. Retrieved from www.cnj.jus.br
- Ceará, T. J. E. C. (n.d.). *Oficina Pais e Filhos no Ceará é referência para outros estados – TJCE*. Retrieved from Tribunal de Justiça do Estado do Ceará website: <https://www.tjce.jus.br/noticias/oficina-pais-e-filhos-no-ceara-e-referencia-para-outros-estados/>
- Cezar-Ferreira, V. (2011). *Família, separação e mediação: Uma visão psicojurídica* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Faber, A., & Mazlish, E. (2003). *Como falar para seu filho ouvir e como ouvir para seu filho falar*. São Paulo: Summus Editorial.
- Hack, S., & Ramires, V. (2014). Deprivação e a tendência antissocial no adolescente face ao divórcio parental. *Contextos Clínicos*, 7(2), 133-144. Retrieved from www.dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.02
- Kuehnle, K., & Drozd, L. (Eds.). (2012). *Parenting plan evaluations: Applied research for the family court*. New York: Oxford University Press.
- Rosenberg, M. B. (2006). *Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Editora Ágora.
- Simão, R. (2009). A imprescindível atuação interdisciplinar para uma justiça de família, infância e juventude mais efetiva. In B. M. Paulo (Ed.), *Psicologia na prática Jurídica: A criança em foco* (pp. 21-46). Niterói: Ímpetus.
- Sobolewski, J. M., & King, V. (2005). The importance of the coparental relationship for nonresident fathers' ties to children. *Journal of Marriage and Family*, 67(5), 1196-1212. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00210.x>
- Trindade, J. (2007). *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito* (3ª ed.). Porto Alegre: Livraria do Advogado.